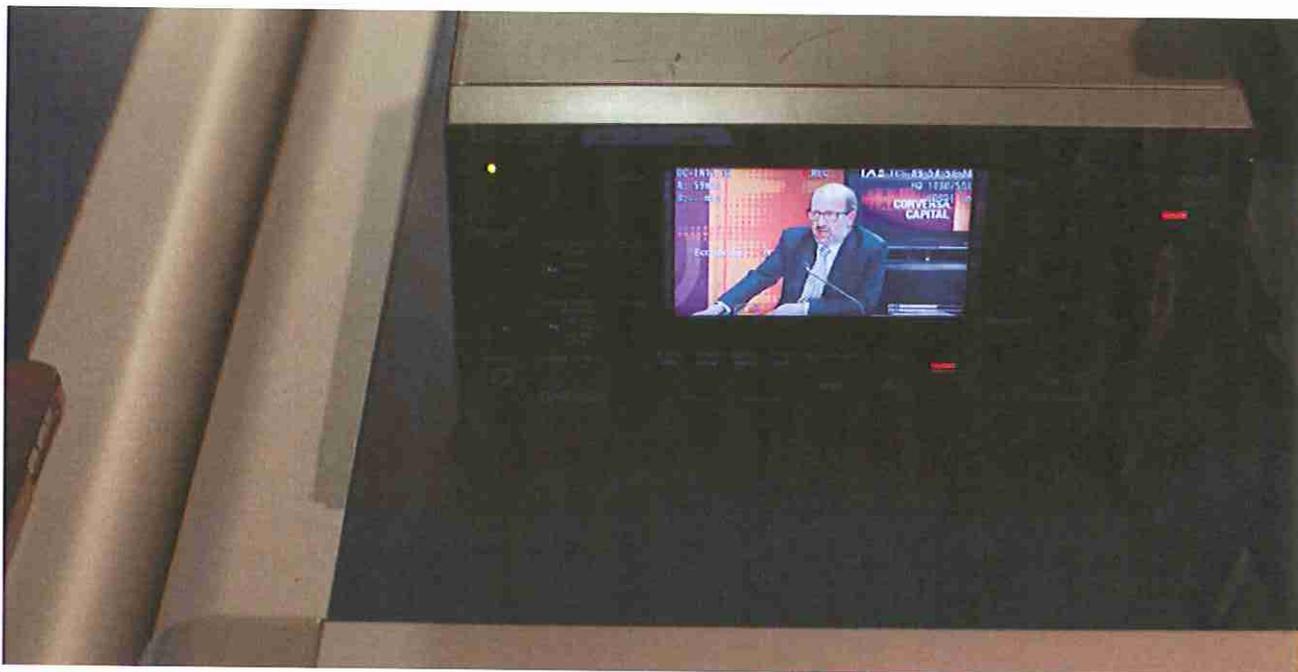


“Conselho Nacional da Água vai analisar que barragens não fazem sentido”

Ontem 00:05 [Francisco Ferreira da Silva e Rosário Lira](#)

Os milhares de barragens existentes em Portugal, entre grandes, pequenas, açudes ou simples represas vão ser avaliados para ver se fazem sentido ou devem ser demolidas. Porque uma barragem, independentemente da dimensão, corta um rio.



📷 Paulo Figueiredo

O ministro do Ambiente já identificou um conjunto de 10 açudes e pequenas barragens para demolir, mas acaba de pedir ao Conselho Nacional da Água que crie um grupo de trabalho para avaliar “os milhares de barragens que existem em Portugal”, porque, diz, “pode haver muitas mais que não façam sentido”. Em entrevista ao Económico e à Antena 1, João Pedro Matos Fernandes também anuncia que aquele conselho já aprovou o Plano Nacional da Água

que deverá “ser aprovado no Conselho de Ministros em Junho” e que tem “o ‘continuum’ fluvial como um dos valores mais importantes”, ‘continuum’ esse que é cortado por uma barragem, seja ela grande ou pequena. Por isso e para dar um sina, quer começar a demolir as barragens que não são necessárias. Nenhuma tem mais de 15 metros de altura, mas algumas têm uma extensão que excede os 200 metros.

Há barragens cuja construção foi cancelada. As que ficaram são mesmo necessárias?

Tudo o que teve a ver com o Plano Nacional de Barragens e as suas consequências era cristalino do ponto de vista da legalidade. Houve avaliação estratégica ambiental, os contratos foram celebrados, eram válidos e cumpriam aquilo que estava no estudo de impacto ambiental. O pagamento à cabeça por parte dos concessionários foi feito. Portanto, o processo iniciado em 2007-2008 estava completamente correcto no que diz respeito a estas barragens. E o compromisso que tínhamos era de reavaliar as barragens que constavam do Plano e cuja construção ainda não tinha sido iniciada. Eram quatro conjuntos de barragens: Alto Tâmega, Fridão, que basicamente é Baixo Tâmega, Girabolhos, entre Mangualde, Nelas, Seia e Gouveia, e Alvito, entre Castelo Branco e Vila Velha de Ródão. Destes quatro conjuntos de barragens, as do Alto Tâmega tinham começado, já tinham sido investidos em obra cerca de 30 milhões de euros, o promotor queria fazê-la, as autarquias estavam de acordo, e estavam fora do nosso compromisso político relativamente a este novo olhar, portanto, continuaram.

E as outras?

Relativamente ao Alvito, a decisão de não construção já estava tomada, nunca tinha sido formalizada. E, quando foi feito o Plano Nacional de Barragens, o caudal do Tejo e do conjunto dos seus afluentes era 23% superior àquilo que é hoje. Por isso, deixar construir uma nova barragem, que implicaria uma artificialização maior daquilo que é o rio Tejo, seria uma decisão ambiental com a qual conviveria muito mal.

E Girabolhos?

No que diz respeito a Girabolhos, conseguimos, de facto, chegar a acordo com o promotor para a barragem não ser feita, sem qualquer devolução do que tinha sido pago à cabeça e cumprindo as obrigações estabelecidas com as autarquias. Se vivemos sem elas? Portugal tem o objectivo de chegar a 2030 com 80% da produção eléctrica gerada a partir de fontes alternativas não fósseis, a água, o vento, o sol e a biomassa. Por isso, no que diz respeito ao Fridão, estamos muito confortáveis com as metas para 2020.

Os ambientalistas dizem que faz pouca diferença porque, segundo eles, Fridão e Gaivões representam 2% da produção eléctrica nacional?

Segundo eles, sim. Segundo a Direcção-Geral de Energia, que também sabe fazer contas, aquilo que é claro, neste momento, é que cumprimos as metas de 2020, com a oferta de produção que já existe e a que está projectada, nomeadamente com a entrada em funcionamento das barragens do Tua e do Baixo Sabor, do conjunto dos parques eólicos e da emergente e expressiva produção que vem do solar. No que diz respeito a 2030, não temos essa certeza. Por isso, no que se refere à barragem de Fridão, sentimos que este não era o momento para tomar uma decisão, nem a de avançar, nem a de não avançar. Daí esta espera, que não se prolongará para além de três anos e que, se conseguirmos, com as actualizações que fizemos, em conjunto com os colegas da energia, daqui a um ano ou ano e meio, ter mais certezas, poderemos ter uma decisão mais acertada. Não fazia sentido comprometer-nos a avançar agora porque as consequências ambientais de uma obra destas têm sempre uma expressão local, mas também não estávamos em condições de dormir descansados e dizer que, sem ela, Portugal cumpre as metas a que se obrigou.

Já disse que há dez barragens prontas a serem demolidas. São barragens grandes ou açudes?

Basicamente, são açudes e pequenas barragens. Acabo de assinar um despacho que pede ao Conselho Nacional da Água a criação de um grupo de trabalho para avaliar os milhares de barragens que existem em Portugal porque, provavelmente, pode haver muitas

mais que não façam sentido. Uma barragem tem um conjunto de benefícios directos quando é construída mas, objectivamente, uma barragem corta um rio. E o Plano Nacional da Água, que já passou no Conselho Nacional da Água e que estamos confiantes que vá ser aprovado no Conselho de Ministros em Junho, tem o ‘continuum’ fluvial como um dos valores mais importantes. Uma barragem de pequena dimensão não armazena energia potencial, ao contrário das grandes barragens, e provoca um corte no ‘continuum’ fluvial quase idêntico ao de uma barragem de grande dimensão. Por isso, o facto de a barragem ser grande ou pequena tem relevância, mas não deixa de ser importante termos aqui um sinal para começarmos a demolir essas mesmas barragens. As dez já identificadas, não tenho a lista, mas estão identificadas e queremos começar o quanto antes, sendo que nenhuma delas é de grande dimensão, em termos da altura do coroamento da barragem. A mais alta tem cerca de 14 ou 15 metros, mas há algumas com uma grande expressão em termos do comprimento da própria barragem, que chega a ser superior a 200 metros.

Destaques

“Quando foi feito o Plano Nacional de Barragens, o caudal do Tejo e do conjunto dos seus afluentes era 23% superior àquilo que é hoje”

“Portugal tem o objectivo de chegar a 2030 com 80% da produção eléctrica gerada a partir de fontes alternativas não fósseis, a água, o vento, o sol e a biomassa”

“Sabemos que vamos cumprir as metas a que nos obrigámos até 2020. No que diz respeito a 2030, não temos essa certeza”

“Uma barragem de pequena dimensão não armazena energia potencial, ao contrário das grandes barragens, e provoca um corte no ‘continuum’ fluvial quase idêntico ao de uma barragem de grande dimensão”

“A mais alta [das barragens a demolir] tem cerca de 14 ou 15 metros, mas há algumas com uma grande expressão em termos do comprimento da própria barragem, que chega a ser superior a 200 metros”